

BOLETIM 480

Brasília, 8 de dezembro de 2017

OLHA O PERIDO AÍ DE NOVO...

Votação da reforma da Previdência deve ocorrer dia 18, diz líder do governo

Após se reunir nesta quinta-feira (7) com o presidente Michel Temer, o líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que a reforma da Previdência deverá ser colocada em votação na Casa no dia 18 de dezembro. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que modifica regras do sistema previdenciário, precisa do apoio de pelo menos 308 votos, em dois turnos, para ser aprovada.

Segundo Ribeiro, se a matéria for aprovada em primeiro turno, a ideia é votar o segundo turno ainda antes do recesso parlamentar, que se inicia no dia 23 de dezembro. A votação no Senado ficaria para o ano que vem.

Inicialmente, a previsão do governo e da base aliada era votar a proposta já na semana que vem. De acordo com Ribeiro, a decisão de adiar a votação foi feita por "prudência" e com o objetivo de se consolidar o apoio e os votos necessários para a aprovação da reforma. O governo sabe que ainda não dispõe dos votos que precisa e quer ter uma margem de pelo menos 320 deputados favoráveis à matéria.

Segundo o líder, nos próximos dias o governo e lideranças aliadas vão intensificar o



trabalho de convencimento dos deputados, mostrando a importância da mudança nas regras previdenciárias, "desmistificando" as dúvidas e críticas ao texto para alcançar o mínimo de votos necessário à aprovação.

"Foi feita uma avaliação de que nós devemos ter mais uma semana para melhorarmos ainda mais o ambiente, que já melhorou, mas precisamos avançar para conquistar ainda mais os votos necessários à aprovação da reforma. Nós, com o esclarecimento, vamos conseguir os votos, desmentindo as inverdades que são dirigidas à reforma da Previdência", afirmou.

Também participaram do encontro, no Palácio do Planalto, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, os líderes do DEM, Efraim Filho (PB), do PP, Arthur Lira (AL), do PRB, Cleber Verde (MA), e o deputado Beto Mansur (PRB-SP), um dos principais articuladores do governo na Casa.

Ribeiro disse ser preciso esclarecer que a reforma não retirará direito dos aposentados e não vai endurecer as regras para os trabalhadores rurais. Ele não quis citar os números atuais da planilha em que o governo contabiliza os votos dos deputados que já apoiam a reforma, mas



afirmou que a "meta de segurança" é ter mais de 320 votos para colocar o texto em votação no plenário. "Nós estamos, se fosse numa campanha política, numa crescente, em um ambiente que vem melhorando a cada dia", disse.

Sobre a liberação de emendas e outros pedidos para convencer os parlamentares a votar a favor da PEC, Ribeiro justificou que a execução orçamentária faz parte do calendário. Ele defendeu que a economia está se recuperando e que a aprovação da reforma da Previdência é essencial para que o Brasil continue nessa perspectiva.

"[Há uma] conjunção [de fatores], exatamente pela perspectiva de poder aprovar a Previdência. Porque, se não aprovarmos, ninguém também pense que teremos recursos para enfrentarmos investimentos no país. No momento, por exemplo, que os prefeitos brasileiros têm dificuldades para fechar o caixa para pagar o 13º dos seus funcionários, o presidente acenou com liberação de R\$ 2 bilhões para fazer com que a economia também ande", disse.

Fonte: Portal EBC

Centrais avaliam retomada de protestos contra a reforma da Previdência

As Centrais Sindicais voltam a se reunir nesta sexta (8), a partir das 10 horas, na sede da CUT, em São Paulo. Os dirigentes devem fazer uma avaliação dos atos e protestos realizados dia 5, após a suspensão da greve geral marcada para a mesma data. A reunião vai definir também como

será a mobilização para o próximo round da luta contra a reforma da Previdência, que o governo tenta colocar em votação na Câmara, quarta (13).

Ontem (7), Metroviários, Ferrovários, Eletricitários e Urbanitários fizeram uma reunião conjunta em São Paulo. Os dirigentes das categorias debateram como será a preparação para enfrentar a nova ofensiva do governo.

"Ficou decidido que ficaremos em mobilização permanente. Se o governo colocar a reforma pra votar, vamos parar. Essa é a decisão que levaremos para a reunião das Centrais", afirma Wagner Fajardo, coordenador do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

A Agência Sindical falou também com o secretário-geral da UGT, Canindé Pegado. Ele adiantou que a Central está mobilizando seus filiados. "Vamos procurar construir um calendário de atos. Ainda existe muita indefinição se a reforma será votada ou não. Não estamos falando em greve e sim em atividades. Precisamos deixar determinado que, se houver votação, a UGT irá convocar atos e paralisações em todo o País", explica.

Condutores - Luiz Gonçalves (Luizinho), presidente da Nova Central São Paulo, avalia que as manifestações realizadas dia 5 foram positivas, mantendo o assunto presente na base trabalhadora. Segundo ele, a estratégia é não deixar a mobilização esfriar.

"Na segunda (11), os condutores de São Paulo e Região Metropolitana fazem uma plenária. O indicativo é de greve no setor de transporte público, caso o governo tente atropelar e coloque essa reforma nefasta em votação", informa.

Fonte: Agência Sindical



Maia afirma que trabalhará para aprovar a reforma da Previdência ainda neste ano

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou nesta quinta-feira (7) que, apesar de o governo ainda não ter os votos necessários para aprovar a reforma da Previdência (PEC 287/16), ele vai continuar trabalhando para aprovar o texto ainda neste ano.

Ontem à noite, líderes aliados voltaram a se encontrar com o presidente da República, Michel Temer, para tentar contabilizar os votos. Concluíram que ainda não há o suficiente para garantir a aprovação no Plenário. São necessários pelo menos 308 votos, em dois turnos de votação.

Para Rodrigo Maia, já há um convencimento de que, sem a reforma da Previdência, o impacto negativo no equilíbrio fiscal será enorme. “Esse tema é urgente, há um déficit crescente que vai comprometer o futuro das próximas gerações”, disse.

Eleições - Rodrigo Maia pretende discutir o tema o tempo que for necessário. Segundo ele, caso a votação não aconteça, o impacto pode ser tão ruim que vai prejudicar os aliados do governo nas eleições do próximo ano.

Fonte: Agência Câmara

Normas gerais de tutela do trabalho serão debatidas em subcomissão

A Subcomissão temporária do Estatuto do Trabalho vai debater, na segunda-feira (11), as normas gerais de tutela do trabalho, com foco nas alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promovidas pela Medida Provisória 808/2017. A MP alterou 17 artigos da reforma trabalhista, entre eles os que tratam dos trabalhos intermitente e autônomo, a representação em local de trabalho, as condições de trabalho para grávidas e lactantes e a jornada 12x36.

Foram convidados para o debate o secretário de Organização e Mobilização da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Itamar Revoredo Kunert; a vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos Jorge; o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Valeir Ertle; o procurador regional do Trabalho e coordenador nacional de Combate às Fraudes das Relações de Trabalho (Conafret), Paulo Joares Vieira; o presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Roberto Parahyba Arruda Pinto; e o presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (Alit), Hugo Melo Filho, entre outros.

A Subcomissão do Estatuto do Trabalho funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O estatuto é uma proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) para substituir as atuais leis trabalhistas, sobretudo a recém-aprovada reforma (Lei 13.467/2017), que entrou



em vigor em novembro, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho. Eelator da subcomissão, Paim prometeu para 1º de maio de 2018 a primeira versão do projeto do Estatuto do Trabalho, após a realização de outras audiências da subcomissão.

A audiência pública será às 9h na sala 6 da Ala Nilo Coelho. A reunião será realizada em caráter interativo. A participação popular poderá ser feita por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado (0800 61 2211).

Fonte: Agência Câmara

DIEESE: custo de vida sobe na cidade de São Paulo

O índice do custo de vida da cidade de São Paulo sofreu uma variação de 0,15% entre os meses de outubro e novembro. No ano, a variação acumulada foi 2,16%. Já entre os meses de dezembro do ano passado e novembro deste ano, o índice variou 2,29%. O dado foi divulgado nesta quinta-feira (07) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Os grupos que contribuíram para o aumento no custo de vida foram os de saúde (aumento de 1,34% no mês), transporte (1,04%), recreação (0,51%), educação e leitura (0,05%) e despesas diversas (0,03%). Já os grupos vestuário (-1,23%), equipamento doméstico (-1,04%), habitação (-0,30%), alimentação (-0,29%) e despesas pessoais (-0,04%) apresentaram recuo no mês.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS